



Global
Environmental Fund



Ministério do Turismo
(MITUR)



*Empowered lives.
Resilient nations.*
United Nations
Development Programme

**Minutas da VIII Reunião do Comité Directivo do
Projecto Financiamento Sustentável do Sistema das Áreas Protegidas em Moçambique
(MITUR, 01 de Dezembro de 2014)
UNDP/GEF/PIMMS ID 3938**

Participantes:

Bartolomeu Soto	Director Geral da ANAC (Coordenador do Projecto)
Raimundo Matusse	Gestor do Projecto
Estevão Mafumo	Assistente Administrativo e Financeiro do Projecto
Giacomo Cozzolino	Assessor Senior do Projecto
Nádia Vaz	Chefe da Unidade CPR-EP no PNUD
Janeiro Avelino	Especialista em Mudanças Climáticas e Meio Ambiente no PNUD
Rito Mabunda	Responsável do Projecto – Componente 3 WWF
Carlos Siteo	Gestor Financeiro - WWF
Maria Celeste Chitara	Directora de Administração e Finanças - BioFund
Brian Huntley	Consultor Independente – Avaliação de Meio-Termo do Projecto

Agenda:

1. Aprovação da agenda do encontro
2. Apresentação dos resultados preliminares da avaliação do meio-termo
3. Apresentação dos relatórios de progresso anuais 2014 de cada componente
4. Apresentação das propostas de planos anuais 2015 de cada componente
5. Diversos
 - a. PNUD apresentou um resumo sobre o desempenho financeiro do projecto



1. Introdução

A 1 de Dezembro de 2014, realizou-se a VIII Reunião do Conselho/Comité Directivo do Projecto Financiamento Sustentável do Sistema das Áreas Protegidas em Moçambique, sob a presidência do Director Geral da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), Dr. Bartolomeu Soto, na qualidade do Coordenador/Director do Projecto. O encontro decorreu na sala de reuniões da ANAC, Ministério do Turismo.

Participaram da VIII Reunião do Conselho do Projecto parte dos membros do Conselho Directivo do Projecto nomeadamente: o Ministério do Turismo (MITUR/ANAC), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a WWF-Moçambique. Dos ausentes, com justificação foi a Gorongosa Restoration Project (GRP) e sem justificação o Ministério da Agricultura (MINAG), Ministério das Pescas (MPescas), Ministério dos Recursos Minerais (MIREM), Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação (MINEC) e Ministério das Finanças - Autoridade Tributária de Moçambique (MF/ATM). Participaram ainda do encontro como convidados especiais, o Consultor Independente na avaliação do meio-termo do projecto, o Sr. Brian Huntley, e Directora de Administração e Finanças da Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BioFund).

Após desejar boas vindas aos participantes e aprovação da agenda, o Director do Projecto anunciou o início do encontro, tendo explicado aos participantes a razão da ausência do Administrador do Parque Nacional do Gorongosa, responsável pela implementação da componente 2, cujo plano e relatório teriam sido enviados ao Gestor do Projecto.

2. Apresentação dos resultados preliminares da avaliação do meio-termo do projecto

Na sua intervenção, o consultor Brian Huntley começou por explicar que quase todos intervenientes consultados não tinham um entendimento sobre a designação do projecto, pelo nome longo que ostenta, pelo que sugeriu que se adoptasse o nome abreviado de "ProFin". Enfatizou ainda que a apresentação feita seria sumário das constatações preliminares, pois tratava-se da primeira etapa da avaliação e a segunda seria apresentação do relatório completo, onde todos elementos apresentados seriam mais aprofundados.

O período considerado para a avaliação foi de Novembro 2012 a Novembro 2014. Importa salientar as constatações feitas relativamente à implementação do projecto que sofreu vários episódios para o seu devido progresso, caracterizado por interrupções por várias crises institucionais e de transformações no MITUR, que se traduziram na extinção da Direcção Nacional de Áreas de Conservação (DNAC) e criação da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), assim como a situação da instabilidade política que afectou de alguma forma o desempenho das componentes 2 e 3, na Serra da Gorongosa e no Delta do Zambeze (Marromeu), respectivamente. Apontou também que apesar de o documento estar muito bem escrito, e demasiado extenso e detalhado fazendo com que poucos tenham interesse e tempo para ler todo documento. Este facto também se alia a poucos conhecerem o verdadeiro título do projecto referindo-se frequentemente a "projecto do Matusse". Adicionalmente, verificou também que os indicadores necessitam de ser revistos, por não serem *SMART* e algo desactualizados.

Por outro lado, o avaliador, fez recordar aos participantes que o objectivo principal do projecto é contribuir para melhorar os mecanismos de financiamento das áreas protegidas em Moçambique, e que na sua interação com os actores chaves do projecto (as 3 componentes envolvidas), não obteve este sentimento dos actores. Portanto, fez recordar resumidamente o objectivo do projecto como segue: reforçar a eficácia global e sustentabilidade do sistema das áreas protegidas de Moçambique, incluindo a sustentabilidade financeira, através de Parcerias Público-Privado, envolvimento de ONGs e das Comunidades interessadas.



Os resultados preliminares mostraram que a componente 1 (implementada pela MITUR/ANAC) é a que apresenta o pior desempenho, tendo como classificação de **Moderadamente Insatisfatório**. Contribuíram para esta classificação a não obtenção até a data de nenhum dos resultados preconizados no documento do projecto, aliado ao facto de o Plano Estratégico da ANAC, um dos instrumentos cruciais do projecto e para o estabelecimento da mesma Administração, ter sido relegado a um outro doador para o seu desenvolvimento. Quanto ao desempenho da unidade de gestão do projecto, sublinhou que a gestão de projectos não era de forma alguma para se confundir com administração de projectos, pois a gestão requer habilidades e domínio de conhecimento específicos que o diferenciam da administração.

Por outro lado, as componentes 2 e 3, apesar de terem sido afectadas pela situação da instabilidade na região da Gorongosa e Marromeu, apresentam resultados bons, tendo destacado as intervenções feitas na Gorongosa, assim como estudos feitos pela componente 3 que caracterizou de importantes e relevantes para o desenvolvimento do sistema das áreas de conservação se forem devidamente usados e de forma conjugada com as outras componentes. Assim sendo, o avaliador atribuiu a classificação de **Moderadamente Satisfatório** para a componente 2 e **Satisfatório** para a componente 3.

Contudo, a avaliação global do projecto, foi de **Moderadamente Satisfatório**. Esta classificação foi de seguida consubstanciada com uma série de recomendações que são apresentadas no capítulo das recomendações desta acta (anexo 2).

2.1. Comentários às constatações da avaliação do meio-termo

Após apresentação feita pelo avaliador, os membros do conselho directivo do projecto tiveram o privilegio de apresentar seus comentários às constatações feitas, que são abaixo apresentadas:

- A representante do PNUD, questionou quanto ao alinhamento entre os objectivos do ProDoc (Documento do Projecto) e prioridades nacionais como uma das constatações feita pelo avaliador, e procurou esclarecimento sobre as implicações que o projecto pode incorrer por tal facto. Em resposta a esta preocupação, o consultor recomendou a introdução de mudanças nas actividades, contudo essas devem respeitar os resultados preconizados no ProDoc; isto é, qualquer introdução de novas actividades deve ser estritamente ligados ao ProDoc, uma vez que os objectivos permanecem válidos.
- O Assessor do Projecto referiu o facto de o ProDoc apresentar um detalhe demasiado na sua concepção o que dificulta de certo modo a escolha de actividades concretos que concorrem para o alcance dos objectivos preconizados no projecto e sugeriu a inclusão de actividades concretas no relatório final da avaliação do meio-termo.
- O Gestor do Projecto esclareceu que a transferência da execução da actividade de elaboração do Plano Estratégico da ANAC, para o projecto financiado pela USAID, continua a contribuir para os objectivos do projecto. Em resposta a esta questão, o consultor remeteu ao mandato do Conselho do Projecto em concordar ou não sobre a decisão tomada. Por outro lado, referiu da importância da utilização do *Financial Scorecard* para avaliar a situação das áreas de conservação num espaço de cinco anos de implementação do projecto seria ideal para se obter uma situação real do sistema nacional das áreas de conservação.
- O representante do WWF, sugeriu a inclusão ou indicação no relatório final de indicadores, mais claros e de maior impacto visto que houve uma constatação que alguns apresentavam – se inadequadas ou imensuráveis.



3. Apresentação e discussão dos Relatórios de Progresso das actividades de Janeiro a Dezembro 2014 e da proposta dos Planos Anuais para 2015

3.1. Componente 1 (MITUR) / Resultado 1 – Sustentabilidade Financeira do Sistema das Áreas de Conservação institucionalizada

O Gestor do Projecto, o Sr. Raimundo Matusse, fez a apresentação sumária do relatório de progresso das actividades no período em análise para componente 1, tendo descritos por produtos previstos no ProDoc, como segue abaixo:

Produto 1.1. *Plano Financeiro (PF) adoptado para o sistema de áreas de conservação de Moçambique*

Progresso: A elaboração do *Inception Report* e do relatório de acompanhamento para orientar a execução do PF concluída, incluindo sessões técnicas de auscultação com o staff da ANAC.

Acções de seguimento: Submissão do Primeiro *Draft*, Revisão e finalização do PF. Por outro lado, deverá ser feita a revisão e actualização do Plano de Negócios para Áreas de Conservação.

Produto 1.2. *Plano Estratégico (PE) para a Administração Nacional das Áreas de Conservação rege os processos de planificação de negócios piloto das áreas de conservação*

Progresso: A execução das actividades de elaboração do PE foi transferida para o projecto financiado pela USAID. Contudo, esta em curso a elaboração dos Estudos sócio-económico e ecológico das Reservas de Pomene e Marromeu, que deverão em última instancia alimentar instrumentos chaves para estas áreas específicas, quer através deste projecto, assim como em acções de sinergias com projectos e iniciativas em curso na ANAC.

Acções de seguimento: A unidade de gestão deverá fazer o seguimento no desenvolvimento do plano estratégico, e garantir que projecto ProFin estabeleça necessárias sinergias com base nos instrumentos a serem desenvolvidas no âmbito do projecto.

Produto 1.3. *Processos e sistemas de gestão financeira na ANAC fortalecidos*

Progresso: realizado curso de capacitação técnica aos Administradores das Áreas de Conservação em matéria de: (i) desenvolvimento de concessões turísticas nas áreas de conservação; (ii) gestão da fauna selvagem e habitats; (iii) determinação da capacidade de carga de uma área de conservação; (iv) gestão de caça desportiva nas Coutadas Oficiais; (v) Fiscalização e balística nas áreas de conservação; (vi) planificação das actividades das áreas de conservação; (vii) gestão financeira das áreas de conservação; e (viii) gestão de recursos humanos e liderança.

Espera-se deste treinamento tenham sido desenvolvidas habilidades que conduzirão ao melhoramento do mecanismo de gestão dos parques e reservas, nomeadamente com enfoque nos seguintes aspectos: gestão financeira, gestão dos recursos naturais, e desenvolvimento dos mecanismos de financiamento sustentável (concessões e turismo).

Acções de seguimento: elaboração dos instrumentos de gestão das Áreas de Conservação, que inclui a Estratégia de Fiscalização, Plano de Maneio da Reserva de Pomene, Plano de Maneio da Reserva de Marromeu, Revisão e actualização do Plano de Maneio do Parque Nacional do Arquipélago do Bazaruto.

Produto 3.2. *As receitas das taxas de utilização dos parques nacionais, reservas nacionais e reservas marinhas aumentam*

Progresso: nenhuma actividade especifica realizada

Acções de seguimento: não foi proposta nenhuma actividade especifica.

Em relação a proposta do plano de actividades para 2015, foram levantadas questões relacionadas com a proposta de orçamento, que estava acima de um milhão de dólares, tomando em consideração que a execução financeira do projecto até a data é muito baixa (22% até a data de 28 de Novembro 2014 – dois anos de implementação efectiva de um projecto de 4 anos), e que o saldo total remanescente da componente para os próximos 2 anos esta abaixo do valor proposto para 2015 (saldo para a componente a 28 de Novembro 2014 situado em USD 1,050,468). Na proposta do plano de 2015, constava ainda uma actividade de regulamentação no sequestro de carbono e mecanismos de compensação de contrabalanços, contudo foi questionado o mandato da ANAC em regulamenta-los, pois o mandato é do Ministério para a Cordenação da Acção Ambiental (MICOA). Não tendo sido consultado o MICOA, concordou-se em retirar esta actividade na proposta do plano e a componente deveria começar com o processo de consulta com o MICOA em relação a este assunto específico na regulamentação do sequestro de carbono e nos contrabalanços da biodiversidade. Enfatizou-se ainda o processo em curso da revisão da Estratégia Nacional da Biodiversidade, que prevê a inclusão de mecanismos de pagamentos de serviços ambientais, que pode servir de base para esta regulamentação especifica.

O Director Geral da ANAC sugeriu a inclusão no Plano Annual 2015 pela componente 1 da actividade de identificação de fontes de receitas para os Parque e Reservas Nacionais bem como para as comunidades locais.

O Assessor do Projecto sugeriu inserir-se a identificação de fontes de receitas no output 3.2, tendo em conta que uma das evidencias do MTR é a falta das actividades neste output. Portanto, sugeriu realiza-lo com referência aos conteúdos do ProDoc.

Em relação a Unidade de Gestão do Projecto, o presidente do comité directivo e director nacional do projecto deliberou não ser necessário o recrutamento do Oficial Técnico do projecto, porém, dever-se ia estender por mais um ano a posição de Assessor Sénior do Projecto, precisando para tal rever os Termos de Referencia (ToR). Quanto a este aspecto, a representante do PNUD enfatizou ser pertinente esta medida, mas advertiu que a revisão dos ToRs não deverão ultrapassar os 20% em termos de funções previstas nos actuais ToR, de forma que o processo seja directo sem precisar de um novo ciclo de recrutamento e contratação conforme preconizam as regras. Contudo, a ANAC ficou por rever os ToRs e em conjunto com o Assessor Sénior do Projecto desenvolver um plano de trabalho correspondente e submete-los ao PNUD de forma a proceder com a revisão dos termos contratuais.

3.2. Componente 2 (GRP – CARR Foundation) / Resultado 2 – Modelos de co-gestão nos locais de demonstração

Devido a ausência justificada do Sr Administrador do Parque Nacional da Gorongosa, por decisão do Director do Projecto os temas referentes a esta componente não seriam discutidos ficando por se fazer comentários sobre os planos partilhados por email e posterior envio à equipa de gestão do projecto. Contudo, a proposta de plano de actividades para 2015 seria circulada pelos membros do conselho do projecto para comentários. Todavia, segundo a apresentação feita, podem se salientar as realizações por produtos esperados na componente, apresentados abaixo.

Produto 2.1. *Extensão da desflorestação contida, na Serra da Gorongosa, e actividades de reflorestação e de reabilitação expandidas*

Progresso: Produzida imagem de satélite produzido, o zoneamento está sendo avaliado, como é exemplificado no relatório da componente sobre o zoneamento do café e de reflorestamento. Foram produzidas cerca de 81,000 mudas e plantadas 59,000 árvores cobrindo uma área de 72 hectares, correspondentes a 25% acima da linha dos 700 m.

Acções de seguimento: Com a melhoria na situação política, várias avaliações preliminares foram realizadas e os planos estão sendo implementados para retomar as actividades na serra. O plano de actividade original está a ser revisto com o objectivo de retomar as actividades conforme planificadas no ProDoc. Estes elementos já estão reflectidos no plano de trabalho para 2015.

Produto 2.2. Um empreendimento do tipo joint-venture de turismo nas encostas mais baixas da Serra da Gorongosa proporciona fontes alternativas de rendimento para as comunidades locais

Progresso: Dada a situação política na serra, nenhuma actividade foi realizada dentro deste produto. Contudo, foi feito um levantamento e produzido o conceito de design do site de turismo alternativo.

Acções de seguimento: Proceder com o plano para o próximo ano e, portanto, consider o local alternativo ora identificado.

Produto 2.3. Produtividade e sustentabilidade melhoradas das áreas cultivadas nas terras baixas, incentiva os agricultores locais a abandonar as práticas de agricultura com base em corte e queimada

Progresso: Viveiros de café estão sendo mantidos e monitorados e estão tendo um bom desenvolvimento. Importa salientar o retorno ao plantio do café e há necessidade de fornecimento de materiais. Um novo viveiro foi estabelecido e potes foram preparados para o plantio de sementes na comunidade Nhanguo. Foi ainda realizada uma pesquisa sobre de campo que culminou com a produção de um mapa onde são indicados locais adequados para a produção de café na serra.

Acções de seguimento: Proceder com as actividades previstas no ProDoc conforme definido na proposta do plano para 2015.

3.3. Componente 3 (WWF Moçambique) / Resultado 3 – Planificação de negócios e geração de rendimentos

O coordenador da componente no WWF, Sr. Rito Mabunda, fez uma apresentação sumária sobre o progresso das actividades na componente, durante o ano de 2014, resumindo pelos produtos abaixo descrito.

Produto 3.1. Trust Fund de Conservação criado, administrado e capitalizado de forma efectiva

Progresso: Revisão e actualização de documentos estruturais, estratégicos e operacionais da BIOFUND realizada; incluindo a nomeação de órgãos sociais complementares e de apoio a BIOFUND. Foi ainda feita a reformulação do processo de licitação do Gestor de Activos, de acordo com os padrões internacionais do sector com a selecção do *Deutsche Bank New York*, em concurso internacional, e o quadro técnico e administrativo foi reforçado e capacitado, com o envolvimento e apoio de diversos parceiros. Na componente estratégica, consolidou-se a estrutura de consulta da BIOFUND (GTAB), envolvendo parceiros como a USAID, a AFD, o WWF e o KfW; assim como a participação activa e efectiva da fundação na Frente da Conservação em Moçambique, a participação em grupos de trabalho, que como resultado a sua colaboração na preparação do projecto de estabelecimento de condições para a realização de contrabalanços da biodiversidade em quatro países africanos (Guiné Bissau, Uganda, Moçambique e Madagáscar). Na



componente programática, a fundação procedeu com o levantamento da situação das áreas de conservação e constituição de uma base de dados das áreas de conservação com componente adicional online através do financiamento da AFD, e com o apoio do projecto SPEED/USAID conduziu a divulgação e estudo da Lei de Conservação, com a sua tradução para a língua inglesa, análise e produção de um manual explicativo. Importa ainda salientar a capitalização da BIOFUND com a avaliação, negociação e financiamento de 3 importantes projectos (MOZBIO/Banco Mundial, KfW e Conservation Internacional) totalizando cerca de 17 milhões de USD para fundos de investimento e 1.7 milhões de USD para despesas operacionais como uma das realizações do ano 2014.

Acções de seguimento: Continuação do desenvolvimento da capacidade do BIOFUND, através: (i) da revisão e actualização de documentos chave (nomeadamente Plano Estratégico da BIOFUND e Memorando de entendimento/acordo com a ANAC); (ii) a participação em actividades de formação internacionais; (iii) a participação em *networks* internacionais (REDLAC, CAFE); e (iv) a Execução de 3 importantes projectos (MOZBIO/Banco Mundial, KfW e Conservation Internacional) para a capitalização do BIOFUND.

Produto 3.3. A elaboração de um projecto piloto de sequestro de carbono para florestas de mangal e áreas de conservação costeiras é catalisada

Progresso: Integrado o projecto de carbono de mangal no delta do Zambeze na base de dados "Plataforma Nacional de Recursos Florestais" liderada pela DNTF. Concluída a análise dos estoques de carbono de biomassa florestal no mangal e carbono do solo do delta do Zambeze e partilhado respectivo relatório. Geoprocessamento da área geográfica de mangal no delta do Zambeze usada para a determinação de estoques de carbono de mangal, realizado. Os mapas e dados desta consultoria foram partilhados com a Direcção Nacional de Terras e Florestas do Ministério da Agricultura de Moçambique para incorporação na base de dados de projectos da Plataforma de Recursos Florestais.

Acções de seguimento: Realização de um estudo socio-economico da baixo da *umbrellado* projecto de carbono de mangal no delta do Zambeze, e a realização de uma proposta de *roteiro* para o desenvolvimento do mercado do estoque de carbono.

Produto 3.4. Potencial avaliado para financiamento de áreas de conservação proveniente da realização de mecanismos de compensação pela biodiversidade *in situ* e *ex situ* [compensation and biodiversity offsets]

Progresso: Mapeamento dos *habitats* de Moçambique (visando o estabelecimento de compensações de biodiversidade, "*offsets*").

Acções de seguimento: Este trabalho será concluindo em principios de 2015, através da realização de um estudo sobre o quadro legal e insitucional, a continuação do Mapeamento dos habitats de Moçambique, um estudo sobre as iniciativas de compensações de biodiversidade em curso em Moçambique, e a troca de de experiências.

Após a apresentação do relatório, seguiu-se a apresentação da proposta de plano de actividades para 2015 em parceria com a representante da BioFund. Foram tomadas como base os mesmos critérios aplicados às outras componentes, consistindo no desempenho financeiro até a data (sendo 53% a 28 de Novembro 2014) e o saldo da componente para os próximos 2 anos (situado em USD 881,400). Não houve comentários dignos de realce e o plano foi aprovado.

3.4. Comentários em relação aos relatórios de desempenho de 2014 e propostas de planos 2015 apresentados por cada uma das componentes

Na sequência das apresentações feitas sobre os relatórios de progresso de 2014 e propostas de planos de trabalho para 2015, importa reter os comentários que se seguem, como tendo sido de realce para análise do conselho directivo do projecto.

O representante do PNUD, mostrou uma inquietação quanto ao nível de execução financeira da componente 3, sobretudo no que concerne ao *Trust Fund* de Conservação criado, administrado e capitalizado de forma efectiva, pois o saldo para 2016 está consideravelmente limitado. Em resposta a esta inquietação a Directora de Administração e Finanças da BIOFUND, esclareceu os membros do conselho directivo do projecto, assegurando que a BIOFUND tem fundos garantidos por outro financiador, neste caso o Banco Mundial através do projecto/programa MOZBIO por forma a suprir este défice orçamental, a partir de 2015.

O representante do WWF, fez saber aos membros do conselho que a matéria sobre o sequestro de carbono está a despertar muito interesse a vários actores e instituições, estando neste momento a trabalhar no terreno em várias vertentes se bem que as vezes de uma forma desordenada. Portanto, é necessário que haja uma instituição com mandato que possa coordenar as acções e que possa convocar os interessados na matéria de modo a trocar experiência e maximizar as suas acções, e garantir o estabelecimento de sinergias e complementaridades entre os intervenientes.

Quanto a aquisição de novo equipamento para os Parques e Reservas Nacionais, o representante do PNUD esclareceu que estará pendente até a apresentação correcta do inventário de equipamentos adquiridos na componente no início do projecto. Esta informação foi solicitada repetidamente à equipe de gestão do projecto, e mesmo depois de mais de 3 sessões de explicação sobre os procedimentos de inventariação do equipamento. Por outro lado, salientou a importância e a obrigação dos parceiros em ter todos os processos organizados correctamente e atempadamente incluindo este instrumento de verificação de bens e equipamentos, importantes na avaliação e auditoria que se aproxima. Acrescentou ainda que o processo do furto dos bens do projecto, adicionado a falta do inventário vai implicar mais problemas e maior gravidade durante a auditoria.

4. Gestão do Projecto

A gestão do projecto caracterizou-se pela integração de novo membro na unidade de gestão do projecto, o Assessor Sénior do Projecto (SPA), que deverá providenciar o acompanhamento e aconselhamento técnico nas actividades e nos produtos produzidos pelo projecto. Este deverá não apenas trabalhar com a componente 1, mas sim garantir que haja integração dos esforços em curso nas três componentes, de forma que o objectivo preconizado no projecto seja alcançado.

Portanto, os parceiros da componentes 2 e 3 deverão garantir a partilha e o intercâmbio de todos os documentos técnicos, a contar da fase inicial de cada actividade, e facilitar o acompanhamento e aconselhamento técnico do SPA.

Da avaliação do meio-termo, ficou claro nas recomendações feitas a necessidade de se reestruturar a unidade de gestão do projecto, de forma a acelerar com a implementação das actividades conducentes aos produtos esperados no ProDoc.

Reforçou-se ainda a necessidade de maior coordenação entre as componentes, onde dever-se-ia estabelecer encontros técnicos regulares, processo este a ser liderado pela unidade de gestão do projecto, com análises dos conteúdos a serem feitas pelo SPA. Neste aspecto, o WWF partilhou sua experiência com o BioFund, onde encontros regulares colmataram parte dos desafios que afectavam o mecanismo de prestação de contas.

5. Gestão de Riscos

No que tange a gestão de riscos, o elemento considerado crucial foi a situação político militar, que em preparação ao exercício do meio termo, foi desenvolvido um estudo entre as componentes de forma a trazer elementos chaves que serviriam de substância ao avaliador.

Por outro lado, o avaliador independente do projecto considerou de alto risco o facto de a componente 1 ter decidido por si só, sem aprovação do conselho directivo do projecto a alteração de alguns produtos chaves do projecto por outras actividades da instituição. Particular destaque a entrega da elaboração do Plano Estratégico, considerado instrumento crucial no resultado da institucionalização da ANAC como um dos resultados da componente 1.

6. Desafios, Respostas e Lições Aprendidas

Foram apresentados como grandes desafios, os seguintes: (i) o fraco desempenho da componente 1; (ii) o atraso na submissão dos relatórios; (iii) a demora na finalização dos relatórios, actas das reuniões do conselho do projecto, e respectivos planos finalizados, que afecta o mecanismo de alocação financeira por parte do PNUD; (iv) a duplicação de responsabilidades administrativas e financeiras da equipe da unidade de gestão do projecto ao nível do MITUR, o que afecta seu desempenho na implementação do projecto; (v) e a comunicação deficiente entre os principais actores do projecto.

Foi consensual que a coordenação entre as componentes do projecto é inexistente, pelo que a unidade coordenadora do projecto deve liderar proactivamente de modo a favorecer as sinergias e promover a troca de informação, conhecimento e experiência entre todas as componentes, como ocorreu no preenchimento dos *tracking tools* para o PIR2014. Assim se chama a maior responsabilidade ao Gestor do projecto para assumir a responsabilidade de promover esses encontros numa base mensal. Quanto a este aspecto foi referido igualmente que os agentes implementadores (WWF e Carr) devem responder rapidamente às solicitações da unidade de coordenação de modo a reforçar o espírito de trabalho em equipa o que não tem acontecido. A unidade coordenadora por si só não pode ser efectiva se as outras partes não apoiarem os esforços ou iniciativas de coordenação tem sido feitas pela equipa de gestão.

Foram tomadas como lições o seguinte: (i) a necessidade de melhorar a execução das actividades tendo em conta o processo participativo das instituições relevantes; (ii) os membros da unidade de gestão do projecto devem evitar a sobreposição das actividades do projecto com as da instituição mãe, sem prejudicar as actividades do projecto, pois estão contratados para trabalharem a tempo inteiro no alcance dos objectivos do projecto, consubstanciado com as constatações da avaliação do meio-termo; (iii) melhorar a comunicação entre agentes implementadores e principais parceiros; e (iv) o cumprimento efectivo do prazo na submissão de relatórios, quer a unidade de gestão do projecto, assim como ao PNUD, conforme as datas definidas.

O WWF tem uma actividade que vai decorrer na região do Delta do Zambezi próximo da Reserva Especial de Búfalos de Marromeu; portanto sugeriu se aplicar sinergias institucionais e tecnicas, em relação as actividades em curso pelo Estudo Socio-Economico da Reserva de Marromeu e bem como as programadas pelo Plano de Maneio da mesma Reserva, desenvolvidas na componente 1.

Sobre esta matéria chegou-se a conclusão que trata-se de matéria de carácter científico e com vertentes bem distintas e que não trata se exactamente das mesmas areas; por isso o tratamento destas matérias deve ser diferenciado, não havendo deste modo a possibilidade de aglutinar os dois estudos, até de que o primeiro estudo já está numa fase avançada.

7. Conclusões e passos subsequentes

Terminadas as apresentações e das discussões feitas, a reunião do conselho directivo chegou as seguintes conclusões e respectivos passos subsequentes:

A acta do VIII reunião do conselho do projecto e as propostas de plano de actividades, esboçados pela unidade de gestão do projecto, devem ser assinados até ao dia 3 de Dezembro e submetido ao PNUD até dia 5 do mês em curso. Para assegurar alocação atempada de fundos a acta deve ser circulada, comentada e assinada até 5 de Dezembro, bem como o plano anual de trabalho. Contudo, este esforço requer que haja flexibilidade nas componentes e na unidade de gestão na finalização atempada e garantir que até a 05 de Dezembro os instrumentos sejam submetidos para solicitação da alocação financeira correspondente.

Para flexibilizar a gestão e implementação do projecto foram adoptadas como medidas: i) realização de encontros mensais entre as componentes; ii) a realização dos conselhos do projecto três vezes ao ano sendo o último com alguma antecedência (finais de Novembro ou princípio de Dezembro).

Todos agentes implementadores devem utilizar o formato para apresentação de relatórios ou informação do Projecto, circulada por email há 3 meses pelo assessor sénior do projecto.

8. Diversos

Foi alistado nos diversos a apresentação do PNUD sobre a análise do desempenho financeiro de cada uma das componentes, salientando o grau de cumprimento dos planos anuais propostos (detalhes da apresentação sumarizado no anexo 3).

Encerramento

Terminada a sessão, o Director Geral da ANAC, na qualidade de presidente do conselho directivo do projecto e director nacional do projecto, deu por encerrada a reunião, e ficou concordado que a próxima reunião do conselho do projecto para a primeira semana do mês de Março de 2015.



Sumário das principais recomendações

Das constatações da avaliação do meio-termo, o avaliador propôs as seguintes recomendações:

- A necessidade do conselho directivo do projecto reunir-se trimestralmente para garantir uma gestão de projecto adequada e efectiva monitoria de desempenho.
- A Unidade de Gestão de Projecto deveria ser reestruturada com arranjos de liderança reforçada.
- Extensão do projecto por um ano, para compensar o início lento, não recomendado.
- Os actores-chave devem ser convocados para desenvolver uma compreensão compartilhada dos objectivos do projecto usando o LogFrame como uma ferramenta de gestão integrada.

Quanto a situação contratual do SPA, o PNUD recomendou que o MITUR deve tratar do processo através da revisão dos ToRs e de um correspondente plano de trabalho

O Director Geral da ANAC teceu as seguintes recomendações:

- Submissão imediata pelo Assistente Administrativo e Financeiro do projecto do inventário do equipamento adquirido no âmbito do projecto, desde o início da implementação do projecto, pois este instrumento vem sendo pedido pelo PNUD por mais de 3 vezes e nunca estava pronto.
- Com relação a regulamentação de sequestro de carbono e compensação de contrabalanços da biodiversidade foi recomendado para estabelecer contactos junto do MICOA com vista a obter esclarecimento se ou não pode elaborar os regulamentos em causa.
- O contrato do assessor sénior do projecto deve ser revisto para incluir mais tarefas e responsabilidades.
- Com relação ao valor estimado para revisão do plano de negócios consultar o procurement da ACTF para se inteirar quanto custou o plano de negócios elaborado e a partir do valor gasto fazer uma revisão orçamental de 70% para a revisão e actualização do plano de negócios em 2015.
- Considerou não ser necessário recrutar o Oficial Técnico do projecto mas sim deve ser feito uma revisão dos ToRs do assessor sénior do projecto de forma a incluir mais tarefas e responsabilidades.

ANEXOS

Anexo 1. Lista de Participantes



República de Moçambique
 Ministério de Turismo
 Administração Nacional das Áreas de Conservação
Projeto de Financiamento Sustentável do Sistema das Áreas Protegidas de Moçambique
VIII Reunião do Conselho do Projecto
 Maputo, 01 de Dezembro de 2014

Nome do participante	Instituição	Posição/função	Contactos	Correio electrónico
F. Celeste Onions Chivara RIP MABUWA CABLOS GITEDE GIA COMO CORREIO LINDO	Biofund WWF UNDP - ANAC	Coord. Financ. Especialista do Projecto HUMANÍM ASSISTOR	823036080 84585484 899538943 8422433113	echitara@biofund.org.mz ripona@unwto.org chitala@UNWTO.org f.aveiro@unwto.org
Estevão Mafelino Nadia Vaz Jovane Avelino	ANAC - FSSAP UNDP UNDP	Assist. Financ. do pp. HOUCREP Programme Specialist	820033160 21682246 82446610	mafelino@yahoo.com.br nadia.vaz@undp.org jovane.avelino@undp.org

Anexo 2. Síntese das constatações da avaliação do meio-termo

Outcome 1. Sustainability of the Protected Area System institutionalized	Progress towards results – MODERATELY UNSATISFACTORY	Comment
Output		
Output 1.1 A Financial Plan for Mozambique's conservation areas is adopted + Output 3.2 The income from user fees is improved.	Moderately satisfactory /moderately unsatisfactory	Work on this has only recently started with limited ANAC and PMU participation, little training and capacity building
Output 1.2 A Strategic Plan for ANAC directs the piloting of Business Planning	Unsatisfactory	This responsibility has been transferred to USAID
Output 1.3 Financial management processes are strengthened	Moderately satisfactory	This work has been reduced in scope and preceded by an ecological and socio-economic study of Pomene and Marrumue

OUTCOME 2. Co-management Models in demonstration sites.		Progress towards results Rating MODERATELY SATISFACTORY	
Output		Moderately Satisfactory –	Comment
Output 2.1 The extent of deforestation on Gorongosa Mountain is contained, and reforestation and rehabilitation activities are expanded		Expected to achieve most outputs but with significant shortcomings	Delays in implementation due to security situation – but good progress in nurseries and growth of indigenous forest species
Output 2.2 A joint venture tourism enterprise on the lower slopes of Gorongosa Mountain provides an alternative source of income for local communities.		Moderately Satisfactory – Expected to achieve most outputs but with significant shortcomings	Delays due to uncertainties resulting from security situation – but good adaptive proposals on campsite at GNP entrance gate
Output 2.3 Improved productivity and sustainability of cultivated areas in the lowlands incentivizes local farmers to abandon slash and burn farming practices on Gorongosa Mountain.		Moderately Satisfactory – Expected to achieve most outputs but with significant shortcomings	Delays due to uncertainties resulting from security situation – but good adaptive proposals in place

Outcome 3. Business planning and revenue generation.		SATISFACTORY	Comments
Output			Comment
Output 3.1 A conservation trust fund is established, effectively administered and capitalized.		Highly satisfactory – the project is on its way to achieve its objectives	Biotfund established and well on its way to capitalization
Output 3.2 The income from user fees in national parks, national reserves and marine reserves is improved.		Unsatisfactory – the project is not expected to achieve its objectives	No evidence of any activities to initiate this output
Output 3.3 The development of a pilot carbon sequestration project in the mangrove forests of a coastal conservation area is catalyzed		Satisfactory – the project is likely to achieve most of its objectives	Carbon stock assessment with USFS; Demise; follow-up as base for REDD+
Output 3.4 The potential for funding conservation areas from the implementation of biodiversity offset and compensation mechanisms is assessed.		Moderately satisfactory – the project is expected to reach some of its objectives	Workshops with BBOP; High Level meeting; Biodiversity Offset Roadmap

Anexo 3. Síntese do desempenho financeiro das componentes

Project	2012		2013		2014		Total Delivery	Project Budget Balance as of Nov. 28, 2014
	Budget	Expenditure	Budget	Expenditure	Budget	Expenditure		
MITURANAC	811,500	17,525	579,800	276,451	858,000	147,970	441,946	1,050,468
GRP/ CARR	239,000	70,078	239,000	221,247	687,000	151,763	443,088	1,337,912
WWF	316,740	124,050	731,312	396,596	557,400	252,149	772,796	881,404
TOTAL	1,367,240	211,654	1,550,112	894,294	2,102,400	551,882	1,657,830	3,269,784
								35%

ASSINATURAS



Bartolomeu Soto
(Director Geral da ANAC)

15.12.2014

Data

Nadia Vaz

NADIA VAZ
CHEFE DE UNIDADE CPR/E/P

18/12/2014

Data